

**HABEAS CORPUS Nº 538.644 - SC (2019/0303900-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RAMON DE MELLO SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de RAMON DE MELLO SILVA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso preventivamente em **19/04/2019**, pela prática, em tese, dos delitos de roubo majorado e corrupção de menor, tipificados no art. 157, § 2º, inciso II do Código Penal, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação ou o relaxamento da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL E ART. 244-B DA LEI N. 8.069/90). PRISÃO PREVENTIVA.*

*ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PROCESSO COM REGULAR PROSSEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA PELO JUÍZO SINGULAR. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO JÁ DESIGNADA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.*

*SUSTENTADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A SEGREGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. A GRAVIDADE DO DELITO, O MODUS OPERANDI E AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO. AINDA, PACIENTE QUE*

*ESTÁ RESPONDENDO POR DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. PRESSUPOSTOS DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS, CALCADOS NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. OBSERVÂNCIA, ADEMAIS, DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA DO JUIZ. EVENTUAIS PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS DO PACIENTE QUE NÃO IMPEDEM A PRISÃO CAUTELAR. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADO.*

*CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA."* (fl. 225).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para a formação da culpa.

Alega, nesse sentido que: "[...] o caso retrata hipótese de ilegalidade manifesta. O PACIENTE está preso há mais de 5 meses, sem que tenha sido prolatada sentença, por responsabilidade atribuível ao Estado." (fl. 5).

Requer, ao final, o relaxamento da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida às fls. 241-242.

O Ministério Público Federal, às fls. 209-295, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 52/STJ*

*As decisões denegatórias de habeas corpus devem ser impugnadas por meio de recurso ordinário, e não por outro mandamus.*

*O alegado excesso injustificado de prazo na formação da culpa resta prejudicado, porque, pela pesquisa realizada na página eletrônica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a instrução criminal já foi concluída, certo que os autos, no momento, aguardam a apresentação das alegações finais das partes, incidindo, no caso, o teor da Súmula 52/STJ.*

*Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus."*

(fl. 271).

É o relatório.

**Decido.**

**O habeas corpus está prejudicado.**

Em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem, verifica-se que, em **16/10/2019**, o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Criciúma/SC proferiu sentença condenatória em desfavor do ora paciente, **verbis**:

*"Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão acusatória para CONDENAR o réu Ramon de Mello Silva, por infração ao art. 157, §2º, II, do CP, e ao art. 244-B do ECA, ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, bem como ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, corrigido monetariamente até a data do pagamento (art. 49, §§, do CP). CONDENO-O, ainda, ao pagamento das custas processuais (art. 803 do CPP), DECLARANDO a isenção em decorrência benefício da assistência judiciária gratuita (art. 35, d, do Regimento de Custas e Emolumentos). NEGO-LHE o direito de recorrer em liberdade, presentes os requisitos da prisão preventiva (art. 387, parágrafo único, e art. 312 do CPP), já reconhecidos em decisão anterior (fls. 59/61), cujos fundamentos restam encampados (art. 93, IX, da CF) e foram mantidos por instância superior (TJSC. HC n. 4026115-83.2019). EXPEÇA-SE o PEC provisório. DECRETO o perdimento dos bens apreendidos, utilizados para a prática de atos criminosos, os quais devem ser destruídos. Transitada em julgado, (a) lance-se o nome da ré no rol dos culpados; (b) comunique-se a Corregedoria-Geral de Justiça, para o registro da condenação no cadastro de antecedentes; (c) oficie-se o Juízo Eleitoral competente, para a suspensão dos direitos políticos (art. 15, III, da CF); (d) expeça-se PEC para o cumprimento definitivo das penas, realizando-se as medidas necessárias ao início da execução e, se for o caso, encaminhando-se ao juízo competente; e (e) intime-se a acusada pessoalmente ou, caso não localizada, por edital com prazo de 15 (quinze), para o pagamento da pena de multa em 10 (dez) dias, e, na hipótese de tal pagamento não ser efetuado, proceda-se à cobrança pelos meios cabíveis (art. 381, caput e parágrafo único, do CNCGJ); e (f) intime-se a acusado, ainda, para pagar as custas processuais em 10 (dez) dias, e, não havendo pagamento, proceda-se à cobrança na forma devida (art. 320 e 175 do CNCGJ). Cumpridos os atos supra e as formalidades legais, arquivem-se independentemente de nova conclusão. Publicada em audiência. Presentes intimados. Registre-se". Após intimadas da sentença, as partes renunciaram ao*

# Superior Tribunal de Justiça

*prazo recursal, restando tal renúncia homologada judicialmente para declarar-se o trânsito em julgado nesta data. EXPEÇA-SE imediatamente o PEC definitivo. Para fins estatísticos e de controle, o d. Promotor de Justiça postulou que lhe seja feita a intimação da sentença via portal eletrônico. Após tal intimação, ARQUIVE-SE."*

Posteriormente, a ação penal originária **transitou em julgado** e foi interposta revisão criminal pela defesa, consoante se pode extrair dos seguintes andamentos processuais:

*"11/11/2019 Certidão emitida Decurso de Prazo - Genérico  
25/10/2019 Certidão emitida Revisão Criminal -  
4031151-09.2019.8.24.0000  
22/10/2019 documento digitalizado  
22/10/2019 Juntada de mandado Certidão Automática de Juntada  
do Mandado  
22/10/2019 Certificado pelo Oficial de Justiça  
Intimação Positiva - PF - sem Peças Processuais  
17/10/2019 Juntada de documento  
17/10/2019 Expedido ofício Genérico  
17/10/2019 Expedido mandado Mandado nº: 020.2019/039701-8  
Situação: Cumprido - Ato positivo em 22/10/2019 Local: Oficial de justiça -  
Fabiano Colombo  
17/10/2019 Certidão emitida Execução Criminal iniciada - PEC:  
0008434-11.2019.8.24.0020 Parte: 1 - Ramon de Mello Silva  
17/10/2019 Execução criminal iniciada PEC:  
0008434-11.2019.8.24.0020 Parte: 1 - Ramon de Mello Silva  
16/10/2019 Juntada de guia de recolhimento  
16/10/2019 Transitado em julgado Trânsito em Julgado".*

Destarte, **não há que se falar em prisão preventiva, mas em cumprimento de pena decorrente de condenação penal transitada em julgado.**

Desse modo, **forçoso reconhecer a prejudicialidade da presente impetração, ante a perda superveniente de seu objeto.**

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XI e XX, do RISTJ, **julgo prejudicado o presente habeas corpus.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

P. e I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator